



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO- BRASILEIRA  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**NATAN CARVALHO RIBEIRO JÚNIOR**

**A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO DO  
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO, APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE  
CARREIRA E ESTATUTO DO MAGISTÉRIO EM NAZARÉ - BAHIA**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2018**

**NATAN CARVALHO RIBEIRO JÚNIOR**

**A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO DO  
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO, APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE  
CARREIRA E ESTATUTO DO MAGISTÉRIO EM NAZARÉ - BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Ailana Linhares de Sousa Medeiros.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2018**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

R369i

Ribeiro Júnior, Natan Carvalho.

A implementação das políticas públicas de valorização do profissional em Educação, após a implantação do plano de carreira e Estatuto do Magistério em Nazaré - Bahia / Natan Carvalho Ribeiro Júnior. - 2018.

43 f. : il. color.

Monografia (especialização) - Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Ailana Linhares de Sousa Medeiros.

1. Educação e Estado - Nazaré (BA) - Estatuto legal, leis etc. 2. Educadores - Nazaré (BA). 3. Professores de ensino de primeiro grau - Formação. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 379.8142

**NATAN CARVALHO RIBEIRO JÚNIOR**

**A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO DO  
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO, APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE  
CARREIRA E ESTATUTO DO MAGISTÉRIO EM NAZARÉ - BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovado em: 28/06/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Ailana Linhares de Sousa Medeiros (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joilma Menezes Sales da Cruz**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Maria do Socorro Maia Silva**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico este trabalho aos munícipes de Nazaré - Bahia. Aos meus pais, Sr. Natan Carvalho Ribeiro e Ivonilson Carvalho, exemplos de seriedade; a minha mãe, Sra. Anaci Nazaré Costa Ribeiro, exemplo de força e perseverança; a minha irmã, Nadja Maria Costa Ribeiro, pelo incentivo em sempre continuar na jornada pelo conhecimento; à minha esposa, Marley Santana Carvalhoe, por fim, às minhas filhas, Ana Clara Niely dos Santos Ribeiro, Stella Santana Carvalho e Ruby Vitória Carvalho Santana, pois são os verdadeiros motivos que me faz levantar todos os dias em busca de novos horizontes. A todos vocês, muito obrigado por fazerem parte da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo dom da vida, pela saúde, pela família e pelas oportunidades.

Aos meus pais, em especial à minha mãe, a Sra. Anaci Nazaré, pela educação, pelo carinho e dedicação, oportunizando-me forças nas horas mais difíceis.

Aos meus professores, eternos mestres, do Infantil ao Ensino Superior, a vocês minha eterna gratidão. Sem vocês, nada seria!

A minha esposa, a Sra. Marley Souza Carvalho e filhas: Ana Clara Niely, Stella Carvalho, Ruby Vitória Carvalho e Rafaela Ribeiro pela compreensão das horas renunciadas em prol deste trabalho.

Aos meus colegas de turma, que durante toda caminhada me deram força e me ajudaram para não desistir.

A minha orientadora, Ailana Linhares, que sabiamente me indicou os caminhos e indicou a luz no fim do túnel.

## RESUMO

Esta pesquisa aborda a importância da implementação de políticas públicas de valorização do magistério público municipal de Nazaré-Bahia, através de instrumentos como o Plano de Carreira e o Estatuto do Magistério, tendo como recorte histórico, a partir do ano de 2010, quando o município de Nazaré-BA aprovou as Leis nº 06/2010 e 07/2010, oportunizando melhores condições de trabalho para os professores dessa rede de ensino. Objetiva analisar a implementação das políticas públicas educacionais de valorização dos profissionais do magistério em Nazaré-Bahia contribui diretamente para elevar os índices educacionais do município. O referido trabalho fundamentou-se nas políticas públicas educacionais, tais como: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação, Plano Municipal de Educação, Estatuto do Magistério Municipal, Plano de Carreira do Magistério Municipal, que contribuíram significativamente para delinear as ideias de valorização necessárias à educação pública. A pesquisa foi feita com setenta e dois docentes do Ensino Fundamental II, que trabalham na rede municipal de Nazaré- Bahia, através de questionário fechado, além da realização de uma entrevista com a Secretária de Educação, que exercia o cargo comissionado no ano de 2010. Como resultado observou-se a importância da valorização profissional docente para que os índices educacionais pudessem crescer no cenário educacional.

**Palavras-chave:** Educação e Estado - Nazaré (BA) - Estatuto legal, leis etc. Educadores - Nazaré (BA). Professores de ensino de primeiro grau - Formação.

## ABSTRACT

This research deals with the importance of the implementation of public policies of valorization of the municipal public teaching magician of Nazaré-Bahia, through instruments such as the Career Plan and the Statute of the Magisterium, having as historical cut, from the year 2010, when the municipality of Nazaré-BA approved Laws No. 06/2010 and 07/2010, providing better working conditions for the teachers of this network of education. Objective to analyze the implementation of educational public policies of valorization of teaching professionals in Nazaré-Bahia contributes directly to raise the educational levels of the municipality. This work was based on public educational policies, such as: Federal Constitution of 1988, Law of Guidelines and Bases of Education, National Education Plan, State Education Plan, Municipal Education Plan, Municipal Teaching Statute, Career Plan of the Municipal Magisterium, which contributed significantly to delineating the valuation ideas required for public education. The research was done with seventy-two teachers from Elementary School II, who work in the municipal network of Nazaré-Bahia, through a closed questionnaire, in addition to conducting an interview with the Secretary of Education, who held the post commissioned in 2010. As a result, it was observed the importance of the professional valuation of teachers so that educational indices could grow in the educational scenario.

**Keywords:** Education and State - Nazaré (BA) - Legal status, laws etc. Educators - Nazaré (BA). Teachers of first grade education - Training.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 1</b>	Tempo na Rede Municipal	24
<b>Gráfico 2</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	26

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PDDE	Programa Dinheiro Direito na Escola
PNAE	Plano de Alimentação Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNATE	Programa Nacional de Transporte Escolar
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
SISU	Sistema de Seleção Unificada
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PROINFÂNCIA	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública da Educação Infantil
PEJA	Programa Para Educação de Jovens e Adultos

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISES E DISCUSSÕES</b>	<b>22</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>29</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>31</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>33</b>
	<b>ANEXO</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade vivencia cotidianamente a implementação de ações por parte do Estado, que possivelmente beneficiarão o convívio entre os cidadãos, por estarem instituídas para assegurar que as estratégias realizadas garantam ao indivíduo desenvolver-se socialmente, principalmente, pelo serviço social de acolhimento e prestação de auxílio às suas necessidades básicas.

Para tanto, o próprio contexto social exige um olhar atento e o desenvolvimento de estratégias específicas, conhecidas socialmente como políticas públicas, pensadas e planejadas para atender as necessidades primárias dos cidadãos.

As políticas públicas, oriundas do planejamento público e do pagamento dos impostos, objetivam beneficiar uma quantidade maior de cidadãos em determinadas áreas, como ações em: lazer, educação, saúde, segurança, dentre outros, fazer valer os direitos sociais, políticos e econômicos previstos na Constituição Nacional.

A implementação das políticas públicas de valorização do profissional da educação influencia diretamente na produção efetiva de rendimentos escolares dos alunos, tanto no âmbito interno, com o índice de aprovação, quanto no âmbito externo, com a aplicabilidade das avaliações externas introduzidas pelo Ministério da Educação. Nessa lógica, surge a importância de aprofundar os estudos nesta temática, tendo em vista, a dificuldade em situar dados reais sobre como o município vem implementando as políticas de valorização do magistério, analisar como a valorização desencadeia diretamente um processo de intervenção no processo de ensino-aprendizagem dos discentes.

Considerando o exposto e buscando analisar os efeitos destas políticas públicas quando implementadas, o presente trabalho volta-se para as políticas desenvolvidas na área educacional em Nazaré-Bahia, no intuito de compreender como ocorre o seu processo de elaboração, implementação e valorização, quando elas se referem ao profissional da educação desta localidade, situada à margem da BR 101, tendo como municípios limítrofes: Muniz Ferreira, Aratuípe, Salinas da Margarida, Jaguaripe e Santo Antônio de Jesus, possuindo uma população de aproximadamente 30.000 mil habitantes.

Logo, a abordagem a ser aprofundada justifica-se pela necessidade de compreender até que ponto as políticas públicas educacionais de valorização do

magistério tem influenciado os rendimentos educacionais dos discentes da rede pública municipal, em virtude de ser importante a avaliação das políticas públicas para o ente federado.

Contudo, a discussão aqui proposta abrange os docentes do município do Ensino Fundamental II, bem como, o resultado obtido Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB. Ressalta-se, inclusive, que o município de Nazaré-Bahia possui um quadro efetivo de professores que gira em torno de 200 (duzentos) profissionais efetivos, mas a amostra aleatória obtida para a pesquisa, resume-se em 72 (setenta e dois) docentes, sofrendo recentemente re-ordenamento da rede para melhor atender o interesse público.

A necessidade da compreensão da aplicabilidade das políticas de valorização do magistério surgiu pelo fato de que, apesar do município possuir um Plano de Carreira, bem como o Estatuto do Magistério para os profissionais de carreira do município, nota-se que, há ainda muitas políticas públicas a serem implementadas, podendo inclusive ser um dos fatores que podem desencadear rendimentos escolares insuficientes, o que sugere a necessidade de uma reflexão sobre todas as ações propostas no Plano de Carreira e no Estatuto do Magistério.

Nasce o desejo de compreensão desta relação da aplicabilidade entre a política pública educacional de valorização docente e a responsabilidade do servidor perante a sociedade, no intuito de identificar quais são os fatores que tem influenciado diretamente para não haver o cumprimento das políticas previstas em lei, regulamentos e decretos federais.

Além disso, embora a pesquisa não possua nenhum caráter vinculado a recursos financeiros, busca a compreensão do problema, com fulcro de elaborar e apresentar um projeto de intervenção municipal, que possa contribuir para uma efetiva implementação das políticas públicas de valorização, o que possibilitará, possivelmente, um impacto positivo nos índices de avaliações externas, realizadas pelo Ministério da Educação.

Perante a problemática, resta, portanto, elencar hipóteses que possivelmente podem nortear o processo de pesquisa, tais como: a aplicabilidade dos recursos oriundos das políticas públicas de valorização do profissional do magistério contribui diretamente para o baixo índice dos rendimentos escolares.

Outra abordagem hipotética a ser considerada seria acerca da possibilidade do processo de formação continuada contribuir diretamente para a elevação dos

rendimentos escolares dos estudantes. E como a aplicabilidade de políticas públicas de valorização do trabalhador em educação tem desencadeado um alto índice de afastamento dos servidores da educação.

Após o levantamento das hipóteses restou um olhar para a elaboração do objetivo geral, ou seja, analisar a implementação das políticas públicas educacionais de valorização dos profissionais do magistério em Nazaré-Bahia que contribui diretamente para elevar os índices educacionais do município.

Enquanto que em relação aos objetivos específicos, considera-se: identificar quais as causas desencadeiam um baixo índice de rendimento escolar dos munícipes; perceber como a política pública municipal de formação do docente contribui diretamente para ampliar os números de rendimentos escolares dos discentes e compreender como a falta de políticas públicas para a valorização do trabalhador da área educacional tem desencadeado o aumento de profissionais afastados das salas de aulas.

A metodologia para o desenvolvimento do presente trabalho tem como método o de indução, onde há a preceituação de uma análise específica para uma maior amplitude. Para tanto, far-se-á necessária utilização de elementos do método dialético, principalmente no processo de construção lógico da implementação das políticas, assim como, realizar uma análise macro do desenvolvimento das políticas e suas funcionalidades, para que haja uma percepção ampliada de como o município realiza este procedimento.

Buscará ainda compreender que o método qualitativo poderá garantir uma percepção maior sobre o processo de implementação das políticas educacionais, principalmente, quando o tipo de pesquisa é descritiva, como é o presente caso.

Haverá também a preocupação em elaborar técnicas metodológicas como a construção de questionários, com perguntas fechadas e algumas abertas, a fim de compreender como a comunidade escolar, professores, secretários municipais percebem o processo de implementação das políticas públicas.

Vale ressaltar, que este estudo trabalhará com o processo de amostragem, visto que a rede municipal de ensino dispõe de muitos estudantes, e alguns deles, ainda possuem idade tenra, o que delimita um público alvo voltado a séries finais do Ensino Fundamental II, visto que, o período de pesquisa é muito pequeno para alcançar a todos os docentes da rede municipal, bem como, por esse ser o segmento educacional que apresenta um menor índice nos rendimentos oficiais do

ensino público.

Através desses procedimentos e com a análise documental interna e externa haverá uma análise sobre os dados já apurados cientificamente, necessitando assim, a realização de uma comparação para a coleta de dados.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS E A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE**

As políticas públicas relacionam-se diretamente com o processo de convivência social, visto que, é através da sociedade e do pagamento dos impostos que a gestores públicos organizam seus trabalhos em prol da comunidade, implementando assim, ações e estratégias que beneficiarão uma quantidade maior de cidadãos em determinadas áreas, como por exemplo: lazer, educação, saúde, segurança, dentre outros.

Para Ruas (1998) políticas públicas podem ser definidas como: “[...] o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”. Ou seja, as políticas públicas são formuladas pela sociedade, a fim de garantir que haja o mínimo de atendimento do Estado para com os cidadãos.

Outro conceito importante é trazido por Souza (2006, p. 07) a qual afirma:

[...] política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

As políticas públicas são frutos das determinações jurídicas do país, estão postas na Constituição Federal de 1988, devendo todos os entes, bem como os cidadãos adequarem-se ao que preceituam a Lei Maior do país.

Dentre as políticas públicas desencadeadas na gestão pública, vale aqui ressaltar as voltadas à área educacional, que, por conseguinte, são produzidas para nortear o contexto de formação educacional do país, bem como, Estados e Municípios, incumbindo cada ente de suas responsabilidades nesta área tão importante para o desenvolvimento de um país.

Os arts. 206 e 207 da Constituição Federal de 1988 indicam os princípios basilares que darão o suporte necessário para a construção de políticas públicas que beneficiarão os cidadãos. Vejamos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - **valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;** VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. **VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.** (BRASIL, 1988, p. 91. Grifo nosso)

Nota-se que a Constituição Federal foi taxativa ao abordar a necessidade de valorizar o trabalho dos profissionais da educação, principalmente instituindo que o ingresso na carreira deveria dar-se por meio de concursos públicos de provas e títulos, ou seja, o intuito é garantir que o princípio da eficiência, preconizado no artigo 37 possa ser implementado na área educacional com afinco.

Além disso, garante ainda que os Estados e Municípios instituam, em suas redes, Planos de Carreira e Estatutos, a fim de regulamentarem a atuação destes profissionais, principalmente reconhecendo o direito a formação continuada, redução da jornada de trabalho para a construção e adequação das aulas, bem como, a instituição de salários dignos para a manutenção da sobrevivência do docente.

Esse entendimento também foi preconizado e ratificado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação que:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VII - valorização do profissional da educação escolar; Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III - piso salarial profissional; IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI - condições adequadas de trabalho. (BRASIL, p. 02 e 08, 1996)



Deste modo, observa-se, através das leis sancionadas para o ordenamento jurídico, a existência uma preocupação constante da sociedade em oportunizar ao profissional do magistério valorização em relação à questão financeira, bem como a garantia de Plano de Cargo e Salário, condições de trabalhos adequados e aperfeiçoamento profissional durante a constância da carreira profissional.

Caveden (2016, p.02) lançou um apontamento sobre a desvalorização histórica do profissional da educação. Ele afirma que:

Portanto, a desvalorização do profissional da educação não aconteceu por acaso no Brasil. Hoje temos cerca de 2,3 milhões de professores espalhados por este país vivendo realidades as mais variadas. Só numa coisa eles têm uniformidade: sua desvalorização. É aviltante acompanharmos o atual debate do piso salarial dos professores onde diversos Estados e municípios não querem praticá-lo. Está mais do que na hora de o governo federal aumentar sua participação nos investimentos da educação básica. Dados de 2009 revelam que para cada R\$ 1,00 investido na educação básica, os Estados investem \$ 0,41, os municípios \$ 0,39, a União entra com somente \$ 0,20. Está mais do que na hora de os Estados e municípios aumentarem seus investimentos na educação – 25% não são suficientes para atingirmos os amplos objetivos educacionais que temos. Está mais do que na hora de se rever a Lei de Responsabilidade Fiscal no que tange a folha de pagamento da educação, já que a mesma é um fator inibidor para as esferas públicas investirem mais nos salários.

Logo, a política educacional de valorização do profissional do magistério surgiu como um ato de regeneração, frente aos impasses observados no exercício profissional no Brasil. Por esses motivos e pelos fatos expostos acima, o Governo Federal resolveu estabelecer a necessidade de elaboração, adequação e implementação de Planos de Carreira nos municípios, a fim de dirimir os problemas enfrentados por estes profissionais em todo país.

Uma das ações do Governo Federal para garantir a aplicabilidade desta política pública educacional foi demonstrada ao lançar a Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008, que dispõe sobre o Piso Salarial Nacional, voltado aos docentes, buscando a unificação salarial em todo país da remuneração docente, isto porque, muitos Estados e Municípios pagavam aos seus servidores salários irrisórios e insuficientes. A Lei 11.738/2008 veio regulamentar a alínea “e” do inciso III, caput do art. 60 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, que desde 1988 com o advento da Constituição Federal já preconizava a necessidade de implementação de valorização profissional do professor.

Essa preocupação também pode ser auferida quando a União promulgou a

Lei 13.005/2014 que instituiu o Plano Nacional de Educação atualmente vigente, pois o mesmo, traz como Diretriz Central e norteadora de todo o processo educacional do país a valorização profissional, como pode ser observado:

Art. 2º São diretrizes do PNE: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; **IX - VALORIZAÇÃO DOS (AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014, p. 02. Grifo nosso)

E ainda traz como metas:

Meta 17: **valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais** com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, **a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional**, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. (BRASIL, 2014, p. 10. Grifo nosso)

Percebe-se que o intuito de abordar a política de valorização profissional é de suma importância, pois obriga os entes federados a adequarem-se ao que preceitua a Legislação Nacional, conforme poder ser observado no Art. 214 da Carta Magna:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988, p. 96)

É notório que a política de valorização profissional docente é um desafio proposto pela União, a fim de elevar a eficiência do ensino público, gratuito e de qualidade aos cidadãos e ao instituir uma legislação que obriga a uniformização dos demais entes federados as diretrizes fundamentais da educação.

Logo, nota-se que o princípio da eficiência foi introduzido através da Emenda Constitucional 19/1998, tendo “[...] o núcleo do princípio a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional” (MARINELA. 2005, p. 41).

O objetivo da União legalmente está sendo colocado em prática, pois ao analisar o Plano de Educação do Estado da Bahia, Lei 13.559/2016, verifica-se que a valorização profissional é latente e preceitua avanços no campo educacional, como poder ser observado logo abaixo:

17. Da Valorização do Professor Meta 17: Valorização dos docentes das redes públicas da Educação Básica em conformidade com o conjunto de medidas regulamentares à disposição constitucional que pressupõe Planos de Carreira definidos em lei, ingresso por concurso público de provas e títulos, composição da jornada de trabalho e formação continuada. (BAHIA, 2016, p. 37)

No mesmo sentido segue o Plano Municipal de Educação em Nazaré-Bahia, regulamentado pela Lei 773/2015, que também norteia a importância de garantir a valorização profissional, no intuito, de desencadear na educação o cumprimento do princípio da eficiência na área educacional.

Percebe-se a preocupação do gestor público em alinhar o que determina a legislação federal. Contudo, faz-se necessário perceber se realmente a política pública tem surtido o efeito desejado, até porque, toda ação pública deve passar por fases, dentre elas: [...] a preparação da decisão política, agenda *setting*, formulação, implementação, monitoramento e avaliação”, conforme preceitua Ferreira e Nogueira (2015, p. 3 e 4).

Por esse motivo, faz-se necessário o presente estudo, visto que, a compreensão das políticas públicas e suas ramificações garante uma ampla visão de como o professor pode, através de políticas de incentivo, garantir uma formação adequada, um salário digno e condições de trabalho sérias para desenvolver suas atividades laborais com dignidade.

### 3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido na Rede Municipal de Ensino do Município de Nazaré-Bahia, tendo como principal objeto a implementação de políticas públicas de valorização do magistério e a relação com os índices de rendimento escolar, após a implementação do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério. Entre os participantes da pesquisa estão os docentes da rede municipal, principalmente os integrantes do Ensino Fundamental II, que totalizam 72 (setenta e dois) docentes que participaram da presente pesquisa.

A cidade de Nazaré-BA foi escolhida para fazer parte desta pesquisa porque implementou, em 2010, leis municipais que garantem políticas de valorização dos docentes, bem como, oportunizam o constante aperfeiçoamento, desencadeando na rede municipal uma possível melhora nos índices das avaliações externas.

Toda pesquisa deve ser considerada como parte fundamental para a ciência, pois ela pode ser compreendida como “um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento” (LAKATOS E MARCONI, 2017, p.157)

Portanto, esta pesquisa caracteriza-se por um estudo de campo descritivo e voltado ao método exploratório, onde se pretende aplicar questionário estruturado aos 72 (sessenta e dois) docentes, contendo 05 (cinco) perguntas fechadas, a fim de quantificar dados para a análise proposta nas hipóteses do presente trabalho.

Além disso, realizou-se uma entrevista do tipo não estruturada com a Secretária Municipal de Educação do período de 2010 até a presente data, para vislumbrar como se deu a implementação das políticas de valorização docente, bem como, quais ações estão sendo desenvolvidas pela gestão pública municipal, proporcionando assim uma visão ampla sobre o objeto do estudo.

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 51) a pesquisa exploratória é crucial para:

[...] proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. A pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos. Em geral, envolve: - **levantamento bibliográfico**; - **entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado**; - **análise de exemplos que estimulem a compreensão**. (Grifo nosso)

Por fim, serão realizadas análises do Plano de Carreira do município de Nazaré-Bahia e do Estatuto do Magistério para compreender como foi feita a recepção das políticas de valorização profissional, como estas ocorrem no município e qual o impacto dessas ações para o processo educacional da cidade.

A abordagem será quantitativa e qualitativa, a fim de extrair o máximo de informações para enriquecer a pesquisa. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática, objetivando criar um aporte bibliográfico para a escrita e fundamentação desta obra.

As abordagens propostas possuem um objetivo crucial que é oportunizar o pesquisador a possibilidade de ir além, na produção dos dados científicos. Por isso:

[...] o investigador entra em campo com o que lhe interessa investigar, no qual não supõe o encerramento no desenho metodológico de somente aquelas informações diretamente relacionadas com o problema explícito a priori no projeto, pois a investigação implica a emergência do novo nas ideias do investigador, processo em que o marco teórico e a realidade se integram se e contradizem de formas diversas no curso da produção teórica. (GONZÁLEZ REY, 1998, p.42, apud MADUREIRA, 2006, p.6).

Conceitua-se a pesquisa bibliográfica como “[...] a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses etc.) [...]”. (MACEDO, 1994, p. 13).

A importância da pesquisa bibliográfica atua como fonte de aperfeiçoamento e identificação do trabalho acadêmico, desde o momento em que são feitas as seleções de documentos para subsidiar nas hipóteses escolhidas. Dessa forma, possibilita uma interação do investigador com o investigado, dando espaço para que o sujeito tenha liberdade de apresentar espontaneamente a sua realidade, assim contribui para um estudo exploratório do qual se obterá informações relativas ao fenômeno a ser pesquisado.

Optou-se pela técnica de entrevista não estruturada, por esta atender uma finalidade investigatória e permite-nos o detalhamento de questões e formulação mais precisas sobre o tema estudado. Conforme Minayo (1993, p. 107) “É uma conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes a um objeto de pesquisa”.

A possível limitação que o presente trabalho pode apresentar é a

indisponibilidade de alguns dados por parte da Secretaria Municipal de Educação, ocasionada por questões políticas, embora estas possam ser sanadas por consultas a outras séries de informações em sites oficiais.

#### **4 ANÁLISES E DISCUSSÕES**

A presente pesquisa é desenvolvida na área educacional do município de Nazaré-Bahia, cidade situada no Recôncavo Baiano, tendo como cidades vizinhas: Muniz Ferreira, Aratuípe, Vera Cruz, Jaguaripe, dentre outras.

O presente trabalho busca compreender a correspondência existente entre a implementação de políticas públicas de valorização do Magistério, após a criação do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério Municipal no ano de 2010 e os principais índices educacionais apontados pelas Avaliações Externas, realizadas pelo Ministério da Educação- MEC, tais como, Prova Brasil, que somados a outros elementos, apontam o IDEB,

Para tanto, faz-se necessário apontar que por força da Constituição Federal de 1988, todos os entes federados devem buscar meios para implementação de suas políticas públicas, bem como, nos serviços executados por seus servidores o cumprimento efetivo do princípio da eficiência.

É através deste norte que todas as políticas públicas implementadas pelos entes federados devem nortear-se, visando cumprir com este princípio, que desencadeará uma rentabilidade social maior e por consequência uma persecução do bem comum.

Tendo esta noção, o município de Nazaré, na Bahia, obedecendo a legislação nacional, implementou a Lei Complementar nº 007/2010, que trata sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos profissionais do Magistério Público Municipal, bem como, a Lei nº 006/2010, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal, como formas de garantir a aplicabilidade de políticas públicas de valorização profissional.

Vale destacar que conforme os documentos analisados, bem como, as informações obtidas na entrevista com a Secretária Municipal de Educação e as informações retiradas dos sites oficiais de pesquisa dos dados científicos percebe-se que antes da implementação da legislação municipal citada acima, os profissionais

do magistério não possuíam incentivos de formação continuada, não existiam políticas de formação específica, nem tão pouco, valorização nas remunerações, percebendo valores abaixo do salário mínimo.

Contudo, diversas são as políticas públicas educacionais presentes no contexto social brasileiro, dentre elas: a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, que sem dúvida, são fundamentais no aspecto abordado nesta pesquisa; Plano de Desenvolvimento da Escola- PDE; Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE; Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE; Programa Nacional do Livro Didático –PNLD; Programa Nacional de Transporte Escolar –PNATE; Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM; Sistema de Seleção Unificada- SISU; Programa Universidade para Todos- PROUNI; Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública da Educação Infantil – PROINFÂNCIA; Programa Mais Educação; Programa Mais Alfabetização; Programa para Educação de Jovens e Adultos –PEJA; dentre outros.

Em relação ao município analisado, nota-se que o Estatuto do Magistério e o Plano de Carreira trouxeram ramificações das políticas públicas nacionais, trazendo para a classe dos profissionais da educação direitos como: a) Jornada de Trabalho reduzida para formação continuada; Formação Específica; Gratificações por aperfeiçoamento; Reajuste anual na remuneração; Afastamento para capacitação do cumprimento da carga horária para cursos de Mestrado e Doutorado; Eleição direta para gestores, dentre outras.

Essas implementações desencadearam diversas mudanças no seio do serviço público educacional do município, conforme pode ser observado através dos resultados obtidos pela aplicação dos questionários entre os docentes da rede municipal de ensino, que compõem o Ensino Fundamental II.

Dentre as perguntas constantes no questionário, inicialmente sentiu-se a necessidade de compreender, em média, quantos anos os docentes questionados já laboravam no município, a fim de perceber se os mesmos poderiam indicar comparativamente as mudanças no transcurso anterior e após a implementação das políticas de valorização do magistério, através do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério.

Vejamos abaixo:

**Gráfico 1** - Tempo na Rede Municipal

Fonte: o autor.

Após o presente questionamento nota-se que a maior parte dos docentes que atuam na rede municipal de ensino de Nazaré-BA está no exercício do magistério entre os anos de 11 a 20 anos, o que indica que acompanhou as mudanças ocorridas no cenário educacional do município, após a implementação das políticas públicas de valorização do magistério.

Ao serem questionados se leram ou aprofundaram-se no estudo do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério registrou-se que somente 40% (quarenta por cento) afirmou conhecer o que predetermina a legislação municipal, restando 60% (sessenta por cento) que alegam não conhecê-lo profundamente, considerando-se inaptos para discutirem sobre as políticas públicas de valorização da classe, no âmbito municipal.

Ao serem questionados sobre as melhorias ocorridas após a implementação do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério 100% (Cem por cento) afirmou que vislumbram melhorias significativas na execução das políticas de valorização do profissional do magistério.

Tal percepção pode ser notada na fala da entrevistada que afirma categoricamente que:

As políticas implementadas a partir da aprovação da Lei 06/2010 e 07/2010 contribuíram sobremaneira com reflexos positivos no cenário da educação do Município de Nazaré, o que foi constatado através do aumento considerável do IDEB. Os profissionais do magistério foram contemplados



com remuneração condigna, além de formação inicial e continuada, estímulos por curso de aperfeiçoamento, condições de trabalho digna com reformas da estrutura física das escolas, presença de Coordenador Pedagógico na escola, implementação dos Conselhos Escolares, gerenciamento dos Programas que liberam verbas para as escolas pela comunidade escolar e do entorno, etc.

Embora tenhamos consciência que os reflexos são a longo prazo e a luta tem que ser constante. Embora a última década tenha sido marcada por avanços significativos na legislação nacional, distrital, estadual e municipal acerca dos direitos trabalhistas dos profissionais das escolas públicas, sabemos que é preciso transformar essas vitórias dia a dia, contrapondo a ofensiva neoliberal de retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. (CALDAS. 2018, p.3)

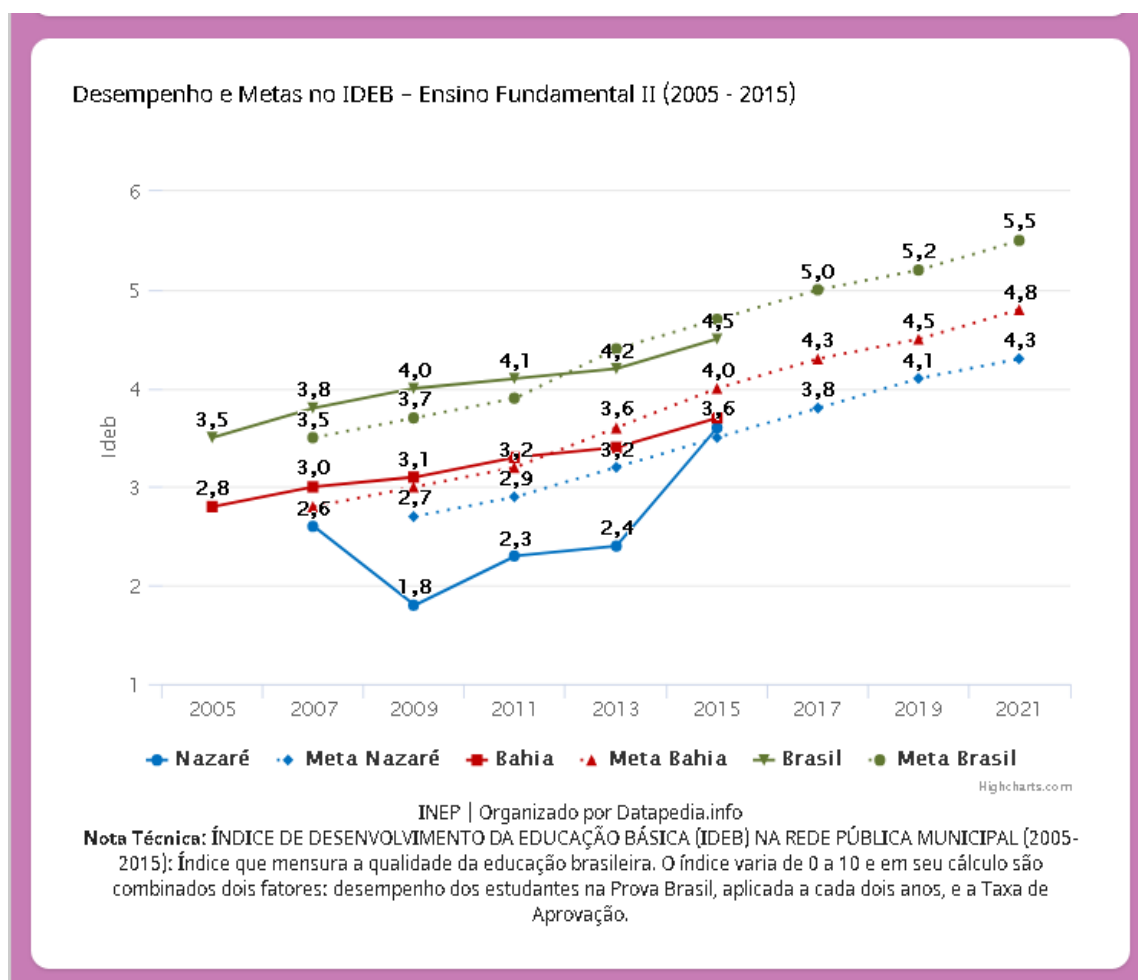
A pesquisa demonstrou contrariedade nos aspectos trazidos acima, em relação ao fato de que os entrevistados que alegaram não conhecerem profundamente as políticas públicas trazidas pela legislação municipal, ao serem questionados sobre as melhorias, afirmaram, contudo, terem sido beneficiados por melhorias no âmbito educacional.

Para a gestora educacional da época o maior desafio era elevar o índice do IDEB do município, logo após a implementação do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério, conforme podemos observar na fala da mesma:

A implementação do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério foi o maior desafio em relação à política pública de valorização dos profissionais do magistério do meu município, principalmente, pelo resgate dos direitos perdidos por estes profissionais e esquecidos pelos gestores que nos antecederam e ainda, para colocar em prática o que rege a CF de 1988 que reconheceu a importância da valorização do magistério público como condição de melhorar a qualidade da educação brasileira.

No intuito de sanar possíveis dúvidas, necessitou-se buscar outros dados em sites oficiais, para tentar elucidar, se realmente é possível perceber melhorias no aspecto educacional após ano de 2010.

Vejamos:

**Gráfico 2** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Fonte: Datapedia (2015).

Percebe-se que, através dos dados oficiais apresentados pelo site do Datapedia, o município entre os anos de 2007 a 2009, dado anterior ao Plano de Carreira e o Estatuto do Magistério, possuía um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 1,8, bem aquém dos dados dispostos pelos demais entes federados. Contudo, em 2015, nota-se um avanço significativo na qualidade da educação, passando para 3,6, uma diferença de aproximadamente 50% (cinquenta por cento), somente em 05 (cinco) anos.

Vale ressaltar, que não é possível atribuir somente essa melhora à implementação das políticas públicas educacionais, trazidas pelo Plano de Carreira e pelo Estatuto, mas, nota-se que a valorização do magistério público municipal desencadeou nos servidores um incentivo maior em buscar meios para formação e por consequência desencadeou uma melhoria na qualidade do ensino municipal.

Para Ferreira e Nogueira (2015, p. 12):

[...] Um quadro de profissionais da educação motivados e comprometidos com os estudantes de uma rede é indispensável para o sucesso de uma política educacional ... Planos de Carreira, salários atrativos, condições de trabalhos adequadas, processos de formação inicial e continuada e formas criteriosas da seleção são requisitos para a definição de uma equipe de profissionais com o perfil necessário a melhoria da qualidade da educação básica pública.

Ao serem questionados sobre quais eram as políticas públicas de valorização do magistério, foram dadas como possíveis respostas algumas ações, dentre elas: 1- Formação continuada; 2- Especialização em áreas específicas; 3- Reajuste Salarial; 4- Adequação e condições de trabalho.

Observou-se que 60% (sessenta por cento) dos entrevistados marcaram somente o quesito Reajuste Salarial, deixando os demais itens sem ser marcados e somente 40% (quarenta por cento) marcaram todos os itens elencados.

Os índices aqui apontados demonstram falta de conhecimento acerca do que realmente sejam as políticas públicas de valorização, visto que, só supervalorizam ou consideram políticas públicas ao fato de ganho financeiro, fato preocupante, pois o Plano de Carreira e o Estatuto do Magistério não só resguardam direitos ligados ao aspecto financeiro destes profissionais, como também, garantem diversos dispositivos, que avaliados conjuntamente eclodem no âmbito educacional para garantir uma melhoria significativa na educação básica.

Por outro lado, a questão salarial é crucial para que os docentes sintam-se motivados, conforme determina Almeida (2009, p. 277) que elucida: “[...] o salário constitui além de incentivo à profissão, em oportunidade de crescimento profissional e pessoal [...]”

A Secretária Municipal de Educação de 2010 e seguintes anos da implementação da legislação municipal, ao ser entrevistada, enfatizou que o ganho salarial foi significativo, elevando para muitos profissionais do magistério sua remuneração em quase 50% (cinquenta por cento), visto que, muitos já possuíam nível de especialização, porém recebiam como servidores sem qualificação de pós-graduado, que ocasionou um aumento de 30% (trinta por cento) na remuneração, conforme determina o Plano de Carreira.

A gestora entrevistada citou que havia uma dificuldade enorme dos docentes buscarem cursos profissionalizantes, visto que, os mesmos não vislumbravam nenhuma vantagem em continuar estudando, pois não havia incentivos. Ao ser implementada a legislação municipal, acrescentou-se até 20% (vinte por cento) na

remuneração dos docentes que apresentaram diversos cursos com carga horária acima de 360 horas, agregando uma melhora significativa na remuneração e estimulando a necessidade em continuar mantendo os estudos.

Outro ganho significativo apontado pela entrevistada foi para os docentes que atuavam na Zona Rural do município de Nazaré, os quais obtiveram um aumento de 10% (dez por cento) na remuneração, como forma de garantir a equiparação pelo deslocamento as partes mais longínquas do município.

Citou, ainda que o Plano de Carreira prevê um ganho de 10% (dez por cento) para os docentes que atuam em classes com alunos com dificuldades especiais, desde que, o docente tenha especialização específica na área.

Ao consultar o site do Tribunal de Contas da Bahia foi possível constatar que em Janeiro de 2009, data anterior a implementação da legislação municipal de valorização do magistério, um professor recebia em torno de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) à R\$500,00 reais ( quinhentos reais), para uma remuneração de carga horária de 20 h semanais.

Na consulta dos anos de 2010 e 2011, não há registros salariais de servidores informados pela Prefeitura Municipal de Nazaré. Contudo, em janeiro do ano de 2012 os professores recebiam em média R\$ 1.760,00 (hum mil setecentos e sessenta reais) à R\$ 2.000,00 reais ( dois mil reais). Dados estes que revelam uma mudança salarial de quase 150% (cento e cinquenta por cento) do salário inicial.

Este conjunto de ações, assim como, outros meios e garantias para a implementação das políticas de valorização do magistério desencadearam para os servidores públicos um processo de melhoria na remuneração, que por consequência, refletiu significativamente, na qualidade do ensino público.

A implementação das políticas de valorização do profissional do magistério demonstrou de forma direta e/ou indireta ganhos significativos para o campo educacional no município de Nazaré-Bahia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações governamentais possuem como objetivo principal a ideia de que a coletividade está acima de qualquer anseio individual. Logo, desencadear ações de políticas públicas é na verdade buscar compreender a coletividade, buscando meios para sanar os problemas apresentados.

As políticas públicas desenvolvidas ao serem implementadas necessitam ser acompanhadas e possivelmente avaliadas, objetivando até que ponto, suas metas e ações obtiveram um resultado eficaz, perante o contexto social.

Em relação a presente pesquisa necessitou-se compreender a relação existente entre os índices educacionais do município de Nazaré-Bahia, após a implementação das políticas de valorização do magistério público municipal, com a conseqüente implantação do Plano de Carreira e do Estatuto em 2010. Proposta esta, atendida por este trabalho em parte, visto que, notou-se que houve ganhos significativos para a comunidade educacional, após o período, principalmente quando houve melhoras relevantes no aspecto salarial para os docentes.

Contudo, faz-se necessário ressaltar que a melhoria obtida não pode ser considerada como mérito exclusivo, ocorrido após a implantação do Plano de Carreira e do Estatuto, mas há um conjunto de fatores que influenciam diretamente para o avanço educacional dos municípios, principalmente os ligados a melhorias do ambiente escolar, acompanhamento pedagógico, formação continuada ofertada pelo poder público, dentre outras.

Em relação a influência direta do processo de formação continuada e de aperfeiçoamento dos profissionais do magistério público municipal, constatou-se que ações formativas trazem novas idéias e ampliam perspectivas práticas serem aplicadas no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem e tais ações impactam diretamente no avanço intelectual dos discentes matriculados na rede municipal de educação de Nazaré-Bahia.

Notou-se, ainda, que após a implementação das políticas de valorização do magistério ocorrem melhoras significativas no processo de aprendizagem dos discentes, verificadas através de instrumentos avaliativos externos elaborados pelo Ministério da Educação, principalmente, constatado através do IDEB de 2015, que demonstra um aumento significativo em relação às metas projetadas pela nação brasileira.

Em relação às causas que poderiam desencadear o baixo índice de rendimento escolar dos municípios não houveram constatações relevantes relacionadas ao tema, visto que, muitos são os fatores que podem influenciar diretamente neste aspecto.

Percebeu-se que após a valorização profissional, ocorrida através da aplicação de cursos de aperfeiçoamento continuado, de especialização e implementação de aumento financeiro na base salarial, os docentes puderam vislumbrar sua profissão valorada, ensejando motivação em desenvolver suas atividades laborais, o que impacta diretamente no processo de aprendizagem.

O estudo permitiu visualizar que nos anos anteriores a 2010, o IDEB e demais rendimentos dos municípios de Nazaré-Bahia estavam aquém do que era estabelecido pelas metas nacionais, contudo, após 05 (cinco) anos da implantação do Plano de Carreira e do Estatuto, os índices oficiais apontaram um aumento de quase 50 % (cinquenta por cento) de melhora, o que demonstra, uma relação direta entre o processo de valorização profissional e a implementação das políticas públicas municipais de valorização do profissional em educação.

Percebeu-se ainda, que a omissão por parte do gestor público no processo de implementação de políticas públicas de valorização do magistério implica necessariamente em uma estagnação nos dados oficiais, trazidos pelo Ministério da Educação, pois, os profissionais do magistério sentem-se desvalorizados e por conseqüência reflete diretamente no exercício do magistério e no ensino ofertado a população.

O presente estudo não possui caráter conclusivo sobre as discussões datemática, mas objetiva apontar possíveis caminhos para incentivar a intensa produção de conhecimentos científicos que abordem aspectos parecidos, no intuito, de gerar um levantamento sólido de informações sobre a temática.

Logo, sugere-se que outros pesquisadores possam ter o presente trabalho como referencia exploratória, no qual, abrirá um leque para outras discussões aprofundadas e teóricas fundamentadas na aplicabilidade de políticas públicas de valorização do profissional em educação.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cristiane da Conceição Gomes de. **Políticas de Valorização do magistério público municipal na Bahia e seus impactos sobre o trabalho docente**. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bxgqr/pdf/cunha-9788523209025-08.pdf>. Acesso em: 25 Mai 2018.
- BAHIA. Lei Estadual 13.559/2016. **Instituiu o Plano Estadual de Educação do Estado da Bahia**. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/plano-estadual-de-educacao-0>. Acesso em: 09 Mai 2018.
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia Disponível em:  
[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=266](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=266)
- BAHIA. **Tribunal de Contas do Estado da Bahia**. Disponível em:  
<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-da-cidadania/pessoal/>. Acesso em 25 Mai 2018
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 08 Jun 2017.
- BRASIL. Lei 11.738/2008. **Institui o Piso Salarial do Magistério no âmbito Nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm). Acesso em: 16 Jun 2017.
- BRASIL. Lei 9394/96. **Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 08 Jun 2017.
- CARVALHO, Mateus. Manual de direito Administrativo. Editora Juspodvm. 2017.
- CAVEDEN, Roberto Wilson. **Desvalorização do professor na Sociedade atual: Causas e alternativas**. Disponível em: <http://revistaregional.com.br/portal/?p=2497>. Acesso em: 16 Jun 2017.
- FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros. **Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas plano nacional de educação**. Disponível em:  
[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos\\_politicas\\_educacionais\\_cotidiano\\_escolas\\_publica\\_PNE.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos_politicas_educacionais_cotidiano_escolas_publica_PNE.pdf). Acesso em: 10 Mai 2018.
- MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. Jus Podivm. 2005.
- NAZARE. Lei nº 006 de 20 de maio de 2010. **Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal**.
- NAZARE. Lei nº 007 de 20 de maio de 2010. **Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos profissionais do Magistério Público Municipal**.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas**: Conceitos Básicos. Brasília: Paralelo, 1998.

RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Izabel. **O Estudo da Política**: Temas Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SOUZA. Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 16 Jun 2017.



## APÊNDICES



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO- BRASILEIRA  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
NATAN CARVALHO RIBEIRO JUNIOR**

**APÊNDICE A**

Querido entrevistado, o presente questionário objetiva fazer uma análise de como as políticas de valorização profissional do docente em Nazaré-Bahia contribui para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, elevando assim, os índices oficiais do município no contexto social.

Vale ressaltar, que o recorte histórico da presente pesquisa situa-se a partir de 2010, visto que, foi o período em que o Plano de Carreira e o Estatuto do Magistério entraram em vigor na rede municipal de educação.

Espero contar com a colaboração de todos.

**Entrevistado** \_\_\_\_\_

1) Há quanto tempo você atua como docente na rede municipal de Nazare?

- A) 0 à 10 anos
- B) 11 anos à 20 anos
- C) 21 anos à 30 anos
- D) Acima de 30 anos

2) Você leu e/ou conhece o Plano de Carreira do Magistério ou o Estatuto do Magistério do seu município de Nazaré-Bahia?

( ) sim                      ( ) não

3) Você acredita que após a implantação do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério houve mudanças significativas na rede municipal de ensino?

( ) sim                      ( ) não

4) Políticas Públicas de Valorização do Magistério Público Municipal são:

( ) Formação Continuada

( ) Oferecimento de cursos de graduação e pós-graduação

( ) Reajuste salarial

( ) Adequação do ambiente escolar para melhor atender a comunidade escolar

( ) Dentre outros

Se você marcou dentre outros, cite quais?

---

---

---

---

5) Você acredita que com o advento do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério o Profissional tem se empenhado mais para garantir uma educação de qualidade?

( ) sim                      ( ) não



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO- BRASILEIRA  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
NATAN CARVALHO RIBEIRO JUNIOR**

**APÊNDICE B**

Querida entrevistada, a presente entrevista objetiva fazer uma análise de como as políticas de valorização profissional do docente em Nazaré-Bahia contribui para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, elevando assim, os índices oficiais do município no contexto social.

Vale ressaltar, que o recorte histórico da presente pesquisa situa-se a partir de 2010, visto que, foi o período em que o Plano de Carreira e o Estatuto do Magistério entraram em vigor na rede municipal de educação.

- 1) Durante sua gestão, frente a Secretaria Municipal de Educação qual foi o maior desafio em relação a política pública de valorização dos profissionais do magistério?
- 2) Você poderia apontar três situações irregulares que aconteciam com a valorização do professor, antes do advento do Plano de carreira e do Estatuto do Magistério?
- 3) Você acredita que a implementação das Políticas de Valorização Profissional resultou em maior rendimento dos docentes em sua atuação no processo educacional?
- 4) A valorização salarial do profissional da educação tende a influenciar no processo de ensino aprendizagem? Como podemos perceber isso?
- 5) Após 08 anos da implementação do Estatuto do Magistério e do Plano de Carreira, quais são os maiores desafios?

**ANEXO**



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO- BRASILEIRA  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
NATAN CARVALHO RIBEIRO JUNIOR**

**ENTREVISTA REALIZADA COM A SENHORA ANA LUZIA DE ALMEIDA  
CALDAS NO DIA 20 DE MAIO DE 2018**

**1) DURANTE SUA GESTÃO, FRENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO QUAL FOI O MAIOR DESAFIO EM RELAÇÃO A POLÍTICA  
PÚBLICA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO?**

Com relação à política pública de valorização dos profissionais do magistério, meu maior desafio foi atender a solicitação da classe no que diz respeito ao Estatuto do Magistério e ao Plano de Cargos e Salários, cuja legislação vigente estava completamente defasada e também não era cumprida, ficando a classe em constantes conflitos com os gestores municipais, a exemplo das diversas greves que vinham acontecendo no município com reivindicações quanto à implementação de políticas públicas que contemplassem todos os profissionais da educação mediante a garantia de condições de trabalho, salários dignos, cuja perda real destes comprometia muito a receita destes profissionais, contribuindo para a queda do padrão de vida e conseqüente insatisfação, reajustes salariais, formação, qualificação, aperfeiçoamento, carreira, saúde e o resgate da valorização social do professor, além da oferta de uma educação de qualidade para todos.

A construção do Estatuto do Magistério e do Plano de Carreira não aconteceu de cima para baixo e nem da noite para o dia, não, essa construção se deu de forma coletiva através de uma comissão formada por representantes da Gestão Municipal, Secretária de Educação, Secretário de Administração, Setor Jurídico e do Sindicato dos Professores-APLB, obedecendo a um calendário criado para este fim, tomando

como base um estudo minucioso dos recursos financeiros de que o município dispunha e as reivindicações da classe.

Os documentos foram construídos gradativamente e sendo passado para aprovação da classe, na presença de membros que compunham a Comissão, pois entendemos que salários dignos, prestígio e melhores condições de trabalho incentivam aspirantes, novatos e veteranos na carreira. Esta construção levou aproximadamente oito meses até ser aprovado pela Câmara de Vereadores e homologado pelo Exmo. Sr. Prefeito em (colocar a data da homologação e se achar necessário o nome do Prefeito), Lei nº 06/2010, e Lei nº 07/2010.

A implementação do Plano de Carreira e do Estatuto do Magistério foi o maior desafio em relação à política pública de valorização dos profissionais do magistério do meu município, principalmente, pelo resgate dos direitos perdidos por estes profissionais e esquecidos pelos gestores que nos antecederam e ainda, para colocar em prática o que rege a CF de 1988 que reconheceu a importância da valorização do magistério público como condição de melhorar a qualidade da educação brasileira. No artigo 206, inciso V, aponta a urgência e a necessidade de se estabelecer alguns princípios que deverão ser incorporados ao estatuto do magistério, visando proporcionar condições dignas e de melhor remuneração profissional com o propósito de reverter o processo social de desvalorização do professor.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

V - valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União (BRASIL, 1988).

No capítulo que trata sobre educação escolar da própria norma máxima, a carta magna legisla em favor da qualidade das escolas públicas e que estas só poderão ser construídas por profissionais da educação valorizados. Os constituintes inclusive, indicaram caminhos para a conquista da valorização profissional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/nº 9.394/96) reforça a importância da valorização do professor vista como necessária para oferta de uma educação escolar com qualidade,

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996).

Até o presente, a luta de todas as entidades que representam os profissionais do magistério, versa sobre a consolidação de políticas públicas de valorização do magistério como ponto central nas reformas educacionais e que as mesmas se materializem em ações que resgatem o papel social do professor, sua imagem perante a sociedade e que de fato seja valorizado pela sua atuação na oferta de uma educação de qualidade para todos, na formação da sociedade.

**2) VOCÊ PODERIA APONTAR TRÊS SITUAÇÕES IRREGULARES QUE ACONTECIAM COM A VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR, ANTES DO ADVENTO DO PLANO DE CARREIRA E DO ESTATUTO?**

Embora já existisse um Plano de Carreira, este, além de defasado, não era cumprido:

- a) os salários pagos aos professores era linear, não importava a graduação, o que os diferenciava era o adicional por tempo de serviço;
- b) os professores do Ensino Fundamental I recebiam 30% de Regência de Classe (estímulo à Regência) e os Professores do Fundamental II não recebiam a Regência de Classe;
- c) não existia políticas de qualificação e aperfeiçoamento para os professores;
- d) não existia a figura do Coordenador Pedagógico na Escola;

Os diretores recebiam uma gratificação irrisória, sem a devida regulamentação do cargo.

**3) VOCÊ ACREDITA QUE A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL RESULTOU EM MAIOR RENDIMENTO DOS DOCENTES EM SUA ATUAÇÃO NO PROCESSO EDUCACIONAL?**

Sim. As políticas implementadas a partir da aprovação da Lei 06/2010 e



07/2010 contribuíram sobremaneira com reflexos positivos no cenário da educação do Município de Nazaré, o que foi constatado através do aumento considerável do IDEB. Os profissionais do magistério foram contemplados com remuneração condigna, além de formação inicial e continuada, estímulos por curso de aperfeiçoamento, condições de trabalho digna com reformas da estrutura física das escolas, presença de Coordenador Pedagógico na escola, implementação dos Conselhos Escolares, gerenciamento dos Programas que liberam verbas para as escolas pela comunidade escolar e do entorno, etc.

Embora tenhamos consciência que os reflexos são a longo prazo e a luta tem que ser constante. Embora a última década tenha sido marcada por avanços significativos na legislação nacional, distrital, estadual e municipal acerca dos direitos trabalhistas dos profissionais das escolas públicas, sabemos que é preciso transformar essas vitórias dia a dia, contrapondo a ofensiva neoliberal de retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Não basta ter uma Lei que determina o Piso Nacional do magistério em 2008, a Lei nº 11.738, uma vez que a luta da categoria continua pautada na aplicação imediata e integral da referida Lei, que, por sua vez, determina que a renda média do magistério seja igualada à dos demais profissionais com mesmo nível de escolaridade, em um prazo de 6 anos e no entanto ainda não foi tornada realidade tal determinação o que nos leva à assertiva de que, mais que ações necessárias para valorizar os profissionais das escolas públicas, o piso, a carreira e a jornada com período extraclasse, além da formação profissional e das condições apropriadas de trabalho, é a concretização destas ações.

O papel do professor é fundamental dentro da escola e se reflete em toda a sociedade, pois ele é um agente ativo na formação de um cidadão. Além de ser um educador, atuando como gestor de aprendizagem, o professor tem influência para orientar e motivar seus alunos desde o primeiro contatodeste com a escola razão pela qual é tão importante a valorização do magistério, principalmente como a oferta de uma educação de qualidade.

#### **4) A VALORIZAÇÃO SALARIAL DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO TENDE A INFLUENCIAR NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM? COMO PODEMOS PERCEBER ISSO?**

Sim. O professor recebendo salários dignos e equiparados ao seu investimento na sua qualificação e aperfeiçoamento profissionais, não terá que optar por horário integral de trabalho, muitas vezes chegando a 60 horas semanais, sem tempo para preparar suas atividades laborativas, para estudar e se atualizar, de acompanhar as mudanças do mundo hodierno, que são rápidas, significativas e céleres, tendo que se deslocar para escolas distantes umas das outras, com reflexos positivos na sua atuação em sala de aula.

As mudanças que ocorreram nas escolas mudaram, também, o papel dos professores. No passado, eles eram a principal fonte de conhecimento, os líderes e educadores da vida escolar de seus alunos. Eram os professores que determinavam o que os alunos faziam após a escola. Eles eram a autoridade máxima na classe e muitas vezes adotavam de pais”, escreve a respeitada pesquisadora da educação Éva Szucs.

Ainda segundo a pesquisadora Eva Szucs, “hoje em dia, os professores apresentam informações e mostram aos seus alunos como lidar com elas, podendo ser compreendidos como facilitado mesmo processo de aprendizado. Os professores, hoje, devem ter ampla sensibilidade para as idiosincrasias de seus alunos. Compreender o papel que a escola em que trabalham possui na sociedade local e quem é cada um dos alunos é fundamental para criar vínculos de verdadeira cumplicidade.

Isso é um primeiro passo essencial para que aluno e professor, juntos, possam construir um caminho de progressos no ensino.

Muitos dos roteiros educativos modernos seguem essa tendência: por que não estimular os alunos unindo conhecimentos mais „acadêmicos” à sabedoria popular (ou o que está na moda atualmente entre os jovens), mostrando quão importante é uma base educativa forte para entender o mundo „prático” ao nosso redor?

Não é possível fazer isso sem ter um contato direto, íntimo e real com a classe. Por isso, reservar tempo e ter a disponibilidade para conversar com os alunos, seus pais e trabalhar os aspectos sociais da escola é uma atribuição cada

vez mais requisitada entre os professores. Como ser este facilitador, se o professor não tem tempo nem de se qualificar, de se aprimorar para ser sujeito da história com a responsabilidade da formação da sociedade se tem que trabalhar exaustivamente para ter condições monetárias de viver com o mínimo de dignidade? É preciso respeitar os profissionais de educação dando condições financeiras, físicas e intelectuais de cumprirem o seu papel.

**5) APÓS 08 ANOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO E DO PLANO DE CARREIRA, QUAIS SÃO OS MAIORES DESAFIOS?**

Fazer com que a gestora municipal cumpra as determinações das Leis 06/2010 e 07/2010, Lei Federal nº 11.738 que institui o Piso Nacional do Magistério e crie a comissão prevista para revisão das Leis Municipais supra citadas.